

Apresentação

Diferentemente dos números anteriores, desta vez **Política & Sociedade** não traz um dossiê. Tal como acontecido apenas no seu nº 3, o Comitê Editorial decidiu fazer uma chamada aberta, de maneira a atender à demanda de autores que em várias ocasiões procuram a revista, mas cujos trabalhos nem sempre podem ser direcionados para o dossiê em preparação naqueles momentos. Um dos bons resultados desta opção é poder identificar novos temas de interesse no campo da Sociologia Política ou mesmo reconfirmar o interesse por temas já consolidados.

Assim, o primeiro artigo focaliza uma questão que, apesar de não ser propriamente nova, é ainda pouco estudada no Brasil: a corrupção. Com efeito, em “A construção social da corrupção”, o sociólogo norte-americano Mark Granovetter faz uma oportuna – e de certo modo provocativa – análise sobre o tema. Para este autor, o julgamento de práticas como suborno, extorsão, desfalque, entre outras, não pode ser realizado sem que se levem em conta aspectos sociais, culturais e históricos dos locais em que ocorrem. Na sua conclusão, lembra que “[...] sobre a estrutura de redes de corrupção ou de outra atividade proscrita [...] resta muito trabalho a ser feito”, e convida seus leitores a enfrentarem este desafio, afirmando esperar que o artigo tenha “[...] sugerido as recompensas potenciais deste esforço”. Este convite é reiterado por **Política & Sociedade**.

O artigo seguinte é “A odisséia argentina”, de Héctor Ricardo Leis, professor do nosso Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Mesmo reconhecendo que “[...] encontrar explicações consensuais para os avanços e retrocessos tão marcados da história

argentina continua se apresentando como um quebra-cabeça para os cientistas políticos”, Leis faz uma rica análise dos efeitos do peronismo sobre as instituições e práticas da democracia no país. Para isso, inspirando-se em autores como Giorgio Agamben, Hannah Arendt e Carl Schmitt, recorre ao conceito de movimento e recupera a história dos diferentes ciclos peronistas, até ao atual governo Kirchner, focalizando as continuidades e diferenças entre seus atores e suas políticas.

Em “Morrer pela pátria? Notas sobre identidade nacional”, Liszt Vieira, professor da PUC–Rio, aborda as transformações das identidades nacionais – ora sufocadas, ora reforçadas –, e suas relações com a formação e as transformações do Estado nacional. A referência à expressão “morrer pela pátria” diz respeito ao fato de que o apelo está presente na maior parte dos hinos nacionais da América Latina. Com base em uma argumentação muito bem contextualizada, chega à conclusão, certamente ousada, de que “[...] a noção de identidade nacional, tão importante no passado, perdeu força e não se sustenta mais no plano infranacional, continuando certamente como referência no plano internacional. A confirmar-se a tendência histórica para a formação de blocos supranacionais, a identidade nacional permanecerá como expressão de uma realidade sobretudo cultural, já que no plano jurídico-político tudo indica que as instituições supranacionais passarão a predominar sobre as nacionais”.

Na seqüência, Maria José de Rezende, professora da Universidade Estadual de Londrina/PR, é a autora do artigo “As reflexões de Raymundo Faoro sobre a transição política brasileira nos anos 1989 e 1990”. Nele, considera a produção deste eminente pensador brasileiro, com foco no período que correspondeu à primeira eleição direta para a Presidência da República após a ditadura militar e ao início do governo Collor. Segundo Rezende, Faoro acreditava que esta transição correspondia a uma ruptura constitucional, na medida em que inviabilizava o fortalecimento do Estado de Direito tal como definido pela Constituição de 1988. Com base na análise de artigos e entrevistas publicados na grande imprensa nacional, identifica uma tensão no pensamento e na ação política do autor estudado, tensão que consistia na crença sobre as possibilidades de

mudanças na sociedade brasileira e na certeza sobre a existência de uma forma de poder institucionalizada que impedia a realização de tais processos. Nesse sentido, o Estado manteria sempre intocado seu caráter autocrático e autoritário.

A relação entre condição profissional e entrada na política é o tema central do artigo “Representação profissional e elites políticas no Brasil no período recente”, de Odaci Luiz Coradini, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No caso, “[...] as condições e as classificações profissionais são tomadas, simultaneamente, como indicador de posição e recursos sociais, e como base para a formação e acumulação de capital associativo, através do engajamento e militância em suas organizações de representação”. Com base em pesquisa realizada junto a deputados federais, senadores e ministros do período de 1994 a 2003, o autor apresenta dados bastante significativos e chega a conclusões de grande interesse para sociólogos e cientistas políticos.

A entrada na política é, de certo modo, também o tema do último artigo, “Associativismo, participação e políticas públicas”, das professoras da Universidade Federal do Espírito Santo Euzineia Carlos e Marta Zorzal e Silva. Trata-se de um estudo sobre práticas associativas e de participação social na gestão pública, tendo por objeto empírico o Projeto Terra, desenvolvido na cidade de Vitória/ES, no período entre 1997 e 2004; do ponto de vista teórico, as autoras se apóiam principalmente nas noções de espaços públicos de participação e de cultura política. Mesmo se os resultados encontrados não são propriamente animadores, na medida em que apontam para uma instrumentalização da participação observada e da existência de uma cultura política ambivalente, as autoras os utilizam para lançar novas questões de pesquisa, que convidam à reflexão.

O presente número se encerra com duas resenhas: uma sobre o livro **Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric**, do finlandês Kari Palonen, feita por Ricardo Silva, professor do nosso Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política; e outra sobre o relançado **Teoria Sociológica Geral: uma fundamentação mais abrangente**, do sociólogo pernambucano Cláudio Souto, feita por Fátima Yasbeck Asfora, professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Assim, fica aqui o convite para a leitura dos trabalhos apresentados. Mais uma vez, procurou-se oferecer à comunidade acadêmica nacional uma produção de elevada qualidade, critério que certamente justifica a aceitação crescente de **Política & Sociedade** no País.

Para concluir, gostaria de comunicar, com este nono número, deixo a Editoria da revista, tarefa que tive o prazer de realizar desde o primeiro número, publicado em setembro de 2002. Ela será ocupada por um grupo coordenado por meu colega e amigo Ricardo Silva, a quem desejo todo o sucesso. Agradeço ao Colegiado e à Secretaria do PPGSP pelo inestimável apoio recebido. Que **Política & Sociedade** tenha longa vida!

Outubro de 2006

Tamara Benakouche